

10. ENTRE RAZÕES E EMOÇÕES, QUAL É A SAÍDA? COMO ENTENDER OS CASOS DE DUMBFFOUNDING MORAL



<https://doi.org/10.36592/9786587424408-10>

Gustavo Oliva de Oliveira¹

Resumo

A sugestão de que emoções são, de alguma maneira, essenciais para juízos morais tem recebido atenção na literatura recente. Jesse Prinz chama de *emocionistas* as teorias que envolvem pelo menos uma das seguintes afirmações: (i) emoções são necessárias e suficientes para a obtenção de conceitos morais (o emocionismo epistêmico); (ii) emoções são necessárias e suficientes para a determinação de propriedades morais (o emocionismo metafísico). Segundo o autor, alguns resultados da investigação empírica no campo da psicologia moral suportam as duas versões de emocionismo (especialmente a primeira). Em *The emotional construction of morals*, Prinz apresenta os conhecidos casos de *dumbfounding*, nos quais entrevistados mantêm um juízo moral mesmo quando confrontados com o fato de que não são capazes de apresentar razões para tal, como uma das motivações para uma visão emocionista do juízo moral. No entanto, existe controvérsia sobre a interpretação dos casos de *dumbfounding*: em primeiro lugar, parece ser possível interpretá-los através de razões, como sugerido por Sinott-Armstrong, Yin e Stanley (2019); em segundo lugar, mesmo que não exista consideração de razões ocorrendo, é possível, como foi sugerido por Jones (2006) e Alves (2013), que os casos de *dumbfounding* não sejam exemplos genuínos de juízos morais porque os entrevistados não possuem conceitos morais básicos. Apresento, primeiro, os casos de *dumbfounding* e a interpretação emocionista sugerida por Prinz, para depois considerar as duas interpretações alternativas. Apesar do apelo inicial da argumentação de Prinz, parece que as descobertas empíricas não suportam devidamente uma metaética sentimentalista do tipo proposto por Prinz, e o apelo a razões continua sendo essencial na caracterização de juízos morais.

Palavras-chave: Metaética, Psicologia Moral, Sentimentalismo, Emocionismo, *Dumbfounding* Moral.

Abstract

The suggestion that emotions are, in a way, essential to moral judgement has been getting attention in recent literature. Jesse Prinz says that *emotionist* theories involve at least one of the following claims: (i) emotions are necessary and sufficient for the acquisition of moral concepts (epistemic emotionism); (ii) emotions are necessary and sufficient to determine moral properties (metaphysical emotionism). According to Prinz, some empirical results in moral psychology can support these kinds of emotionism (especially the first one). In *The emotional construction of morals*, Prinz presents the famous *dumbfounding* cases, in which interviewees maintain a moral judgement even when confronted with the fact that they cannot articulate reasons why, as evidence for an emotionist view of moral judgement. There is, however, controversy

¹ Mestrando em Filosofia pela PUCRS e graduando em Psicologia pela UFRGS. Bolsista CNPq. Email: gustavoolivaooliveira8@gmail.com.

regarding the interpretation of such cases: to begin with, it seems possible to interpret them through reasons, as suggested by Sinott-Armstrong, Yin and Stanley (2019); also, even if there are no reasons being considered, it is possible, as suggested by Jones (2006) and Alves (2013), that dumbfounded moral judgement isn't a genuine example of moral judgement, since the subjects do not possess basic moral concepts. I start with moral dumbfounding cases and Prinz's emotionist interpretation of them and later consider the alternative interpretations. Even though Prinz's reading is initially appealing, it seems the empirical evidence does not support a sentimentalist metaethics as much as he suggests, and the appeal to reasons is still essential in understanding moral judgement.

Keywords: Metaethics, Moral Psychology, Sentimentalism, Emotionism, Moral dumbfounding.

INTRODUÇÃO

Como um juízo moral é realizado? A explicação mais tradicional é que juízos morais são baseados em razões — mais especificamente, razões morais — pertinentes à situação. Por exemplo, quando julgamos que torturar pessoas inocentes é moralmente errado, o fazemos baseados em alguma razão do tipo “é uma ação que causa sofrimento indevido” ou “é uma ação que fere os direitos de alguém”. Isso explica porque a moralidade é vista por boa parte dos filósofos como um espaço racional: a ideia é que juízos morais são “sensíveis” a essas razões. No entanto, uma explicação alternativa é possível. Imagine que juízos morais são baseados em emoções, ou pelo menos de que as emoções têm um papel essencial nos juízos morais (mais importante, inclusive, que o das razões). A explicação seria algo do tipo: realizamos juízos morais baseados nas emoções que sentimos em resposta à situação. Por exemplo, no caso da tortura, nossa resposta emocional negativa (como a indignação que a conversa sobre tortura de inocentes desperta) é o que nos leva a julgar o comportamento como imoral.

Jesse Prinz chama de *emocionistas* as teorias que envolvem pelo menos uma das seguintes afirmações: (i) emoções são necessárias e suficientes para a obtenção de conceitos morais (o emocionismo epistêmico); (ii) emoções são necessárias e suficientes para a determinação de propriedades morais (o emocionismo metafísico). Segundo o autor, alguns resultados da investigação empírica no campo da psicologia moral suportam as duas versões de emocionismo (especialmente a primeira). Em “The emotional basis of moral judgements” (2006) e *The emotional construction of morals* (2007), Prinz apresenta os conhecidos casos de *dumbfounding*, nos quais entrevistados mantêm um juízo moral mesmo quando confrontados com o fato de que

não possuem razões para tal, como uma das motivações para uma visão emocionista. Existe controvérsia sobre a interpretação dos casos de *dumbfounding*: em primeiro lugar, parece ser possível interpretá-los através de razões, como sugerido por Sinott-Armstrong, Yin e Stanley (2019); em segundo lugar, mesmo que não exista consideração de razões ocorrendo, é possível, como foi sugerido por Jones (2006) e Alves (2013), que os casos de *dumbfounding* não sejam exemplos genuínos de juízos morais porque os entrevistados não possuem conceitos morais básicos. Apresento, primeiro, os casos de *dumbfounding* e a interpretação emocionista sugerida por Prinz, para depois considerar as duas interpretações alternativas. Apesar do apelo inicial da argumentação de Prinz, parece que as descobertas empíricas não suportam devidamente uma metaética emocionista do tipo proposto por Prinz, e o apelo a razões continua sendo essencial na caracterização de juízos morais.

1 EMOCIONISMO E DUMBFFOUNDING MORAL

1.1 DUMBFFOUNDING MORAL

O fenômeno conhecido como “*dumbfounding moral*” é um dos tipos de evidência mais citado para a defesa de teorias do juízo moral que não conferem nenhum tipo de papel essencial à razão. O *dumbfounding* acontece quando uma pessoa mantém um juízo moral que realizou mesmo quando admite ser incapaz de oferecer razões que justifiquem o juízo. Se o *dumbfounding* for um fenômeno de existência massiva, ele pode fornecer suporte a uma teoria dos juízos morais que funcione sem razões, afinal, os sujeitos de *dumbfounding* estão fazendo juízos morais, ainda que não pareçam existir razões envolvidas no processo inicial.

Um dos tipos de experimento que detecta o *dumbfounding*, realizado pela primeira vez Björklund, Haidt e Murphy (2000), envolve uma série de casos sobre os quais os entrevistados devem realizar juízos morais. Os casos envolvem comportamentos normalmente vistos como imorais (como o canibalismo e o incesto), porém modificados para não terem resultados obviamente moralmente indesejáveis, como causar mal a alguém ou envolver algum tipo de desrespeito. Por exemplo, na história de incesto apresentada, o ato era completamente consensual, entre dois adultos, usando proteção; o caso de canibalismo envolvia uma assistente de pesquisa

que decide cozinhar a carne de um cadáver que seria descartada pelo laboratório, o corpo vinha de um doador, ela o cozinha com bastante cuidado para que não exista risco de contaminação. A maioria entrevistados (80% no caso do incesto e 87% no caso do canibalismo) acreditava que os comportamentos eram errados. Muitos buscaram explicar este juízo apelando a razões como “o incesto pode levar o casal a ter crianças com deficiências” ou “comer carne humana pode causar doenças”, mas os entrevistadores estavam preparados para explicar porque essas preocupações não se aplicavam. Ainda assim, uma quantidade muito pequena (apenas 17%) mudou de ideia quando os entrevistadores derrotaram suas razões para manter o juízo. Björklund, Haidt e Murphy (2000) ressaltam que os sujeitos de *dumbfounding* admitiam estar nesta situação, fazendo afirmações do tipo “Eu sei que é errado, mas não consigo explicar o porquê”.

Björklund, Haidt e Murphy (2000) acreditam que os experimentos de *dumbfounding* motivam uma teoria sobre juízos morais segundo a qual a prática de “oferecer razões” é uma maneira *ex-post* de tentar justificar os juízos intuitivos que fazemos mais rapidamente ao nos depararmos com uma situação moralmente relevante. Os entrevistados, por exemplo, em primeiro lugar julgaram que os comportamentos descritos eram imorais, baseados em intuições e emoções mais imediatas, e depois raciocinavam para tentar justificar o juízo anterior. Neste sentido, as razões não são necessárias para a formação do juízo em si: as emoções e intuições são suficientes. Como a presença de *dumbfounding* foi massiva, é plausível, segundo os psicólogos, supor que o fenômeno revela como funcionam nossos juízos morais.

1.2 EMOCIONISMO

Até agora discuti os resultados de experimentos de psicologia moral e o que eles revelam sobre nosso processo de realizar juízos morais. Como usar estes resultados para construir uma teoria filosófica da moralidade? Jesse Prinz acredita que os casos de *dumbfounding* são alguns dos principais motivadores para uma metaética *emocionista*. O emocionismo é, segundo Prinz, caracterizado pela afirmação de que emoções são, de alguma maneira, essenciais para a moralidade (Prinz, 2007, p.13). O filósofo distingue dois tipos de tese emocionista: a versão metafísica, segundo a qual propriedades morais são determinadas por emoções; e a versão epistêmica, segundo a

qual a posse e uso de conceitos morais básicos depende de emoções. Em “The emotional basis of moral judgements” (2006, p. 29), Prinz refere-se às relações entre emoções e moralidade postuladas pelas duas versões de emocionismo em termos de condições necessárias e suficientes: o emocionismo epistêmico é a visão de que emoções são necessárias e suficientes para a obtenção de conceitos morais, e o emocionismo metafísico, a visão de que emoções são necessárias e suficientes para a determinação de propriedades morais.²

Segundo Prinz, a teoria dos juízos morais de Haidt e seus colaboradores motiva o emocionismo epistêmico. Os casos de *dumbfounding* parecem evidência de que emoções são suficientes para realizar um juízo moral e, portanto, suficientes para a obtenção de conceitos morais. Além disso, a teoria de Haidt sugere que existe pouco ou nenhum raciocínio envolvido no processo, o que é bastante compatível com o emocionismo epistêmico, segundo o qual raciocínio não é necessário no uso de conceitos morais. Como Prinz tem outras motivações para acreditar que emoções são necessárias para a obtenção dos conceitos morais (relacionadas ao desenvolvimento moral)³, se os casos de *dumbfounding* suportam a tese da suficiência, o filósofo acredita que eles suportam o emocionismo epistêmico. Embora não apoie diretamente o emocionismo metafísico, se a interpretação dada aos casos de *dumbfounding* é evidência do emocionismo epistêmico, então indiretamente se torna evidência para o emocionismo metafísico, já que Prinz acredita que, unido à pressuposição de que “não existe uma maneira independente de mentes de caracterizar o bem e o mal” (Prinz, 2007, p. 47), a versão epistêmica apoia a metafísica. Isso acontece, segundo o autor, porque se a moralidade depende de nossas respostas a ela, então as propriedades morais dependem, em alguma medida, de nosso uso de conceitos morais.

² No entanto, em *The emotional construction of morals* (2007, p. 19), o autor decide usar apenas o termo “relações essenciais”, talvez para ser neutro em relação à maneira como entendemos “essências”. Mesmo assim, ele não descarta que exista necessidade e suficiência das emoções para a moralidade, ressaltando que mesmo, se considerarmos essências condições necessárias e suficientes, não é necessário que as emoções estejam diretamente presentes em cada instância de juízo moral, por exemplo, já que podemos definir a essência dos conceitos morais como disposições emocionais. Desta maneira, diz Prinz, porque a relação de essencialidade é transitiva, se emoções são essenciais para disposições emocionais (uma afirmação bastante aceitável), e disposições emocionais são essenciais para conceitos morais, então emoções são essenciais para conceitos morais.

³ Prinz aponta, mais especificamente, para a falha de psicopatas no uso de conceitos morais, como sendo causada por sua incapacidade emocional. Segundo o autor, o fato de que indivíduos com déficit emocional apresentam bastante dificuldade ou até incapacidade de desenvolver aptidão no uso de conceitos morais é evidência de que emoções são necessárias para a obtenção desses conceitos (Prinz, 2007, p. 42). Além disso, o autor apresenta um caso análogo ao *argumento do conhecimento*, da filosofia da mente, argumentando que alguém que nunca experienciou emoções, por mais que tivesse conhecimento sobre teorias morais, seria incapaz de realizar um juízo moral (Prinz, 2007, p. 38).

A interpretação de Haidt e seus colaboradores dos casos de *dumbfounding moral*, aceita por Prinz, parece motivar uma metaética emocionista (especialmente o emocionismo epistêmico, a tese de que emoções são necessárias e suficientes para a obtenção de conceitos morais). Nas próximas duas seções, vou questionar essa interpretação, usando duas sugestões encontradas na literatura. Começo pela ideia de que os sujeitos dos experimentos de *dumbfounding* talvez não estejam realizando juízos morais genuínos.

2 OS SUJEITOS DE DUMBFFOUNDING ESTÃO REALIZANDO JUÍZOS MORAIS?

A interpretação de Prinz e Haidt dos casos de *dumbfounding moral* sugere que os sujeitos de *dumbfounding* realizam juízos morais baseados apenas em emoções. Se esta interpretação é correta, ela aponta para uma teoria dos juízos morais na qual razões não possuem um papel central. Prinz examina em seu *The emotional construction of morals*, alguns tipos de resposta a essa interpretação que envolvem “procurar” razões às quais os sujeitos estão apelando implicitamente. Mas e se o crítico da posição de Prinz, em vez de rejeitar que os sujeitos realizam o juízo baseados apenas em emoções, rejeitasse que estes juízos são *morais*? Essa estratégia é proposta por Jones (2006) e Alves (2013). A ideia é a seguinte: os sujeitos de *dumbfounding* aparentam estar produzindo juízos morais, mas não são genuinamente morais porque não podemos considerar que eles são usuários competentes de conceitos morais.

Existem diferentes teorias sobre posse de conceitos. Jones menciona dois tipos comuns de condição de atribuição de competência conceitual: as mais fortes, que, em geral, envolvem exigir que o sujeito seja capaz de identificar as condições necessárias e suficientes dos conceitos; e as mais fracas, que exigem apenas que os “sujeitos compartilhem com sua comunidade linguística algum tipo de estereótipo para o termo” (JONES, 2006, p. 49). A propósito da discussão, vamos assumir, como Jones o faz, a condição mais fraca de competência conceitual: que o sujeito seja capaz de conversar de maneira minimamente razoável usando o conceito. É importante ressaltar que a conversabilidade requer que o agente use o termo *no mesmo sentido* que outros usuários competentes. Esta observação é importante porque uma

característica central da moralidade é sua “responsividade” a razões. Como Jones ressalta,

Juízos morais se distinguem de juízos de mero gosto ou desgosto por responderem a razões. Nós questionamos, aceitamos e rejeitamos juízos morais com base em razões [...] nem toda consideração pode contar como uma razão para um juízo moral [...] Se alguém respondesse a um questionamento de seu juízo de que um ato é moralmente correto citando o fato de que ele foi realizado numa terça-feira, nossa primeira reação seria a perplexidade [...] Não poderíamos considerar esta pessoa uma participante em nossas discussões e debates morais; ela falharia no teste da conversabilidade por falhar em reconhecer as restrições nas considerações que podem ser citadas para apoiar um juízo moral (JONES, 2006, p. 49-50).

Voltemos agora ao *dumbfounding*. Grande parte dos sujeitos do experimento recusam-se a mudar seu juízo mesmo admitindo serem incapazes de oferecer razões. Embora Jones esteja, nessa passagem, referindo-se a outro tipo de caso (os casos de juízo moral induzido por hipnose), a consideração pode ser estendida aos sujeitos de *dumbfounding*: se a interpretação de Prinz está correta, e os sujeitos mantêm o juízo moral mesmo reconhecendo que não possuem razão nenhuma para tal, não está claro que eles estão usando conceitos como “certo” e “errado” da maneira tradicional, já que não são capazes de entender como os conceitos morais funcionam, como eles são usados em uma discussão. Como Alves (2013) ressalta, uma teoria emocionista dos conceitos morais encontra dificuldades porque emoções nem sempre são capazes de fornecer razões relevantes para discussões morais, então não podemos basear juízos morais apenas em emoções. Basta lembrar que muitas vezes, em discussões morais sobre alguma situação, fatores moralmente irrelevantes daquela situação podem despertar nojo ou raiva em nós, sem que nos forneçam qualquer razão para realizar um juízo moral. Segundo Alves,

Os requisitos mínimos para a competência moral envolvem, pelo menos em parte, uma postura racional [...] Para possuir um conceito *moral*, alguém precisa ter um entendimento mínimo dos comprometimentos justificatórios que vêm com ele. Características irrelevantes da situação não influenciam a moralidade de uma ação [...] [O que uma teoria precisa] é uma condição suficiente para o juízo moral que não ameace seu lugar no espaço das razões. Falta ao emocionismo uma maneira de eliminar casos de causas irrelevantes constituindo a essência dos conceitos morais (ALVES, 2013, p. 117-118).

Assim, seria impossível manter uma conversa sobre moralidade com os sujeitos de *dumbfounding*, e, portanto, não podemos considerá-los usuários competentes de conceitos morais.⁴ Os sujeitos que não mudam de ideia ou não apresentam novas razões podem até estar tentando realizar juízos morais, mas não estão conseguindo. Se os juízos realizados por sujeitos em *dumbfounding* não são genuinamente morais, é difícil enxergar como Prinz poderia derivar deles evidência para sua teoria dos conceitos morais.

Existe uma consequência desconfortável da estratégia inspirada por Jones e Alves. Como o fenômeno do *dumbfounding* é massivo (pelo menos 80% dos entrevistados se recusaram a mudar o juízo), esse movimento parece sugerir que a maioria das pessoas é incapaz de usar conceitos morais adequadamente. Além disso, defensores desta interpretação dos casos de *dumbfounding* precisam de uma explicação de (i) o quê, nos casos de *dumbfounding*, revela esse déficit conceitual nas pessoas, e (ii) por que os sujeitos de *dumbfounding* inicialmente se esforçaram tanto para buscar razões que justificassem seus juízos, já que eles próprios são incapazes de perceber a importância das razões para discussões morais.

Acredito que existe uma resposta para (i): em muitos casos, respostas emocionais nos servem como sinais de fatores moralmente relevantes — por exemplo, é comum sentir indignação ao perceber injustiças, ou algum tipo de desprezo por ações antissociais. No entanto, as histórias apresentadas pelos pesquisadores foram artificialmente modificadas para causar uma emoção que costumeiramente está acompanhada de um juízo moral sem que os fatores realmente relevantes, do ponto de vista da moralidade, estejam presentes. Como ilustração, imagine o tipo de nojo despertado pelo incesto: geralmente, esse tipo de nojo está acompanhado de preocupações moralmente relevantes, como os danos psicológicos e os problemas genéticos que o incesto pode causar. Contudo, a possibilidade destes problemas foi removida pelos pesquisadores, o que causa confusão nas pessoas que sentem nojo do incesto, porque estão manifestando uma resposta emocional que costumeiramente indica um fator moralmente relevante. As histórias usadas no experimento revelam, diriam os defensores da estratégia, a confusão conceitual entre emoções e razões presente na maioria das pessoas.

⁴ Se recusarmos a condição de conversabilidade em favor de uma condição mais forte para atribuir posse de conceitos, com certeza encontraríamos ainda mais dificuldade em atribuir competência aos sujeitos de *dumbfounding*.

É mais difícil encontrar uma resposta para (ii), no entanto, o que acho que aponta para o fato de que os sujeitos de *dumbfounding* são bons usuários de conceitos morais — afinal, eles estão, inicialmente, fazendo justamente o que se deve fazer em discussões morais: justificar-se. O problema é que, em algum momento, a maioria das pessoas desiste de justificar-se sem retirar o juízo moral. Mas essa confusão é causada pelas circunstâncias especiais das histórias discutidas mencionadas na explicação de (i). Acredito, então, que a melhor versão desta interpretação é que os sujeitos de *dumbfounding* possuem conceitos morais, só que são incapazes de utilizá-los corretamente nessa situação específica por causa da confusão criada pelas histórias dos pesquisadores. Isto é, eles são bons usuários de conceitos morais na maioria dos casos, mas nesse caso não são capazes de produzir juízos morais genuínos, porque falham em perceber a importância das razões em discussões do tipo. Isso explica (ii): os sujeitos procuram razões, inicialmente, porque isso é o que normalmente fazem em discussões morais. Esta versão da interpretação também possui a vantagem de não excluir a maioria das pessoas do conjunto de usuários competentes de juízos morais, que seria uma consequência incômoda, para dizer o mínimo.

3 RISCO DE DANO: UMA RAZÃO OCULTA?

Existe uma explicação alternativa dos casos de *dumbfounding* que envolve assumir que os sujeitos de *dumbfounding* estão respondendo a uma razão moralmente relevante ao realizar seus juízos. A ideia é a seguinte: algumas vezes, conferimos significância moral ao risco de danos que uma ação produz, mesmo que esses danos não sejam realizados. Por exemplo, imagine uma ação como dirigir embriagado: mesmo nos casos em que o motorista não causa nenhum dano, por sorte, acreditamos que é uma ação moralmente errada, por causa do risco envolvido. As histórias apresentadas pelos pesquisadores nos estudos de *dumbfounding* removem os danos *atuais* da situação, mas é possível que os sujeitos estejam reagindo ao “risco percebido de causar danos” da ação (SINNOTT-ARMSTRONG et al, 2019, p. 122). Esta interpretação foi sugerida por Sinnott-Armstrong, Yin e Stanley (2019).

Se essa interpretação está correta, então os sujeitos de *dumbfounding* acreditam que o incesto, por exemplo, embora não tenha, no caso apresentado, produzido danos significativos, é uma atividade com chance alta de causar danos, e,

por isso, os dois irmãos devem ser julgados moralmente. Para testar sua interpretação, Sinnott-Armstrong e seus colaboradores (2019) executaram experimentos que associavam o risco envolvido em ações com os juízos de condenação moral, modificando o tipo de julgamento que os participantes poderiam fazer — por exemplo, em vez de apenas julgarem o caso do incesto como “moralmente errado” ou “permissível”, os participantes foram, em um dos experimentos, convidados a julgar a probabilidade de dano da atividade (de 1 a 7, com 1 sendo “muito improvável” e 7 “muito provável) e a severidade do erro moral (de 1 a 7, sendo 1 “não é errado” e 7 “muito errado”). Boa parte dos participantes julgava ações com maior severidade quanto maior era o risco de dano. Nas palavras dos autores, “juízos sobre a chance de causar danos previram de maneira forte e consistente os juízos sobre o erro moral” (SINNOTT-ARMSTRONG, et al., 2019, p. 126).

Os resultados apontam para o fato de que os sujeitos de *dumbfounding* estão reagindo a uma razão moralmente relevante, que é o risco envolvido nas atividades discutidas. No entanto, os participantes são incapazes de articular esta razão. Prinz rejeita a ideia de que os sujeitos estejam “raciocinando com razões ocultas” porque acredita que é muito improvável que tantas pessoas sejam capazes de produzir argumentos baseados em boas razões contra um caso de incesto consensual. Mas isso não é exatamente verdade: os sujeitos produziram diversos argumentos contra incesto consensual. Já mencionei dois bastante comuns: danos psicológicos e problemas genéticos. Claro, essas preocupações são rebatidas pelos pesquisadores, mas isso não quer dizer que o risco desses problemas tenha sido eliminado (por exemplo, por mais que os irmãos do caso não tenham sofrido danos psicológicos, a ação é arriscada e é difícil prever o resultado; o mesmo vale para os problemas genéticos de gerações futuras, já que métodos contraceptivos sempre podem falhar). Os sujeitos parecem acreditar que foi uma ação irresponsável, e por isso errada do ponto de vista moral. Isso explica porque muitos não mudam de ideia. Essa interpretação é reforçada pelos resultados dos experimentos que apontam para uma relação forte entre risco de dano e juízo sobre a moralidade da ação. Se isto for verdade, existe apoio a razões nos juízos morais discutidos, o que é um problema para o emocionismo de Prinz, pois ameaça a afirmação de que emoções do tipo relevante são *suficientes* para a posse de conceitos morais.

CONCLUSÃO

O emocionismo de Prinz afirma que emoções são essenciais para a moralidade. A versão epistêmica do emocionismo é uma teoria segundo a qual emoções são necessárias e suficientes para a posse de conceitos morais. Esta teoria tem a implicação polêmica de que razões são desnecessárias. Para apoiar a ideia de que emoções são suficientes (o que implica que razões não são necessárias), Prinz apresenta os resultados dos experimentos de *dumbfounding* realizados por Haidt, Björklund e Murphy (2000), onde sujeitos mantinham juízos morais mesmo quando admitiam ser incapazes de encontrar razões para eles. Segundo o filósofo, os casos mostram que respostas emocionais bastam para manter juízos morais.

Examinei duas interpretações alternativas dos experimentos de *dumbfounding*: uma inspirada nas considerações de Jones (2006) e Alves (2013) e outra sugerida por Winnott-Armstrong, Stanley e Yin (2019). A primeira envolve dizer que os juízos morais não são genuínos por não responderem a razões, que é a característica central dos juízos morais normais. Segundo os autores, os sujeitos não são usuários competentes de conceitos morais. Não acredito que essa implicação seja desejável, e por isso sugeri uma mudança nessa interpretação: os sujeitos são moralmente competentes, mas, por causa das alterações artificiais nas histórias apresentadas, não conseguem realizar juízos morais adequados. Acredito que essa interpretação é atrativa para aqueles que acreditam que o juízo dos sujeitos de *dumbfounding* não possui nenhum tipo de raciocínio ou apelo a razão.

A segunda interpretação alternativa me parece a mais atrativa: segundo essa proposta, os sujeitos de *dumbfounding* estão reagindo ao *risco* de danos das ações relevantes, que pode ser qualificado como uma razão moralmente relevante. Embora as histórias dos casos de *dumbfounding* tenham sido construídas de maneira que nenhum dano *atual* tenha acontecido, as pessoas são capazes de identificar que as atitudes contêm risco de danos e são, por consequência, moralmente erradas. Esta conclusão é apoiada por evidência empírica que sugere que o nível de risco que os sujeitos atribuem às ações está relacionado fortemente à severidade dos juízos morais. As duas interpretações parecem superiores à interpretação emocionista de Prinz, o que sugere que teorias dos juízos e conceitos morais devem reservar um lugar para o raciocínio e o apelo a razões: entre razões e emoções, as razões parecem ser a saída.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. S. “Are emotions necessary and sufficient for moral judgements?”. In: *ethic@*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-126, 2013.
- BJÖRKLUND, F.; HAIDT, J.; MURPHY, S. “Moral dumbfounding: When intuition finds no reason”. *Lund Psychological Reports*, Lund, v. 1, n. 2, p. 1–23, 2000.
- JONES, K. “Metaethics and emotions research: a response to Prinz”. In: *Philosophical Explorations*, vol. 9, n. 1, p. 45-53, 2006.
- PRINZ, J. “The emotional basis of moral judgments”. In: *Philosophical Explorations*, vol. 9, n. 1, p. 29-43, 2006.
- PRINZ, J. *The Emotional Construction of Morals*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SINNOTT-ARMSTRONG, W.; STANLEY, M; YIN, S. “A reason-based explanation for moral dumbfounding”. In: *Judgment and Decision Making*, vol. 14, n. 2, p.120-129, 2019.